

## Alerta Legislação nº 03, de 15 a 20 jan. 2024

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### **LEI Nº 14.819, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**

Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

#### **LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), e a [Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020](#). [Mensagem de veto](#)

#### **LEI Nº 14.816, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

#### **LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024**

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), e as [Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), e [8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

### Governo do Estado de São Paulo

#### **DECRETO Nº 68.309, DE 18 DE JANEIRO DE 2024**

Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2024, e dá providências correlatas.

#### **SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**

#### **RESOLUÇÃO SGGD 01, DE 18-01-2024**

O Secretário de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação do [Decreto nº 68.306, de 16 de janeiro de 2024](#), que, dentre outros, disciplina as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>D. O. U.</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>16/01/2024</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 11.882, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Autoriza a reprogramação dos saldos remanescentes do Programa Brasil Alfabetizado, de que trata o § 2º do art. 8º da <a href="#">Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004</a>.</p>
<b>15/01/2024 (Edição Extra)</b>	<p><b>RETIFICAÇÃO</b>  <b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.203, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo, e de Tecnologia da Informação, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009</a>, e altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a <a href="#">Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004</a>.  <i>(Publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2023, Seção 1, Edição Extra D)</i></p>
<b>Atos do Poder Legislativo</b>	<p><b><u>LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).</p> <p><b><u>LEI Nº 14.820, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990</a> (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.819, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a <a href="#">Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020</a>, e a <a href="#">Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020</a>. <a href="#">Mensagem de veto</a></p> <p><b><u>LEI Nº 14.817, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.816, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023</a>, para criar o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.815, DE 15 DE JANEIRO DE 2024 (*)</u></b></p>

Altera a [Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001](#), que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, e a [Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011](#), que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras - a política de cotas de tela na TV paga -, e dá outras providências

(\*) N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 16/1/2024, Seção 1, pág. 2, com incorreção.

#### **LEI Nº 14.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a [Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001](#), que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras.

#### **LEI Nº 14.813, DE 15 DE JANEIRO DE 2024 (\*)**

Altera a [Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997](#), que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, para conferir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços de praticagem; e altera a [Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001](#), que cria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

(\*) N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 16/1/2024, Seção 1, pág. 1, com incorreção.

#### **LEI Nº 14.812, DE 15 DE JANEIRO DE 2024(\*) [REPUBLICADA]**

Altera o [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#).

(\*) Art. 1º O Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

.....

e) as sociedades nacionais de qualquer natureza jurídica, incluída a unipessoal, devendo a subscrição das cotas ou ações, quando aplicada, obedecer ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição Federal." (NR)

"Art. 12.....

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);
- d) frequência modulada;
- e) ondas médias;
- f) ondas tropicais;
- g) ondas curtas;

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

....." (NR)

(...)

N. da Codou: Republicada por ter saído no DOU de 16/1/2024, Seção 1, pág. 1, com incorreção.

#### **LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024**

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), e as [Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), e [8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente).

	<p><b><u>LEI Nº 14.809, DE 12 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera a <a href="#">Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</a> (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens não serão considerados renda para fins de elegibilidade a programas socioassistenciais.</p>
<b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b>	<b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>
<b>Presidência da República (PR)</b>	<p><b>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 120, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Institui o Laboratório de Inovação da Advocacia-Geral da União - Labori, e o Prêmio de Inovação da Advocacia-Geral da União.</p>
<b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MAPA Nº 646, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Política de Cópia e Restauração de Dados Digitais.</p>
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MCTI Nº 7.834, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui Grupo de Trabalho denominado Embaixadores Mirins da Popularização da Ciência no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p>
<b>Ministério da Defesa (MD)</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM-MD Nº 131, DE 11 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a criação do Programa de Prevenção e Vigilância em Saúde Mental das Forças Armadas - PPVSMFA, no âmbito do Ministério da Defesa.</p>
<b>Ministério da Educação</b>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 13, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b>(*)  Publicação de 2ª via de certificado do Exame Nacional para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras.  (*) Republicada por conter incorreção na versão publicada no DOU em 16 de janeiro de 2024</p>
<b>Ministério da Fazenda</b>	<p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF</b>  ↳ Vice-Presidência Agente Operador  <b><u>CIRCULAR Nº 1.043, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b></p>

	<p>Publica a versão 12 do Manual de Produtos – Loterias CAIXA como instrumento que consolida a regulação das Loterias Federais.</p> <p><b>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</b>  <b><u>PORTARIA PGFN/MF Nº 51, DE 12 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera a Portaria PGFN nº 396, de 20 de abril de 2016, que regulamenta o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos - RDCC; e a Portaria PGFN nº 33, de 08 de fevereiro de 2018, que regulamenta os arts. 20-B e 20-C da <a href="#">Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002</a> e disciplina os procedimentos para o encaminhamento de débitos para fins de inscrição em dívida ativa da União, bem como estabelece os critérios para apresentação de pedidos de revisão de dívida inscrita, para oferta antecipada de bens e direitos à penhora e para o ajuizamento seletivo de execuções fiscais.</p> <p><b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b></p> <p><b><u>PORTARIA STN/MF Nº 72, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (...) Art. 1º Publicar o demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) dos últimos doze meses referentes ao 3º quadrimestre de 2023, período de janeiro a dezembro de 2023, cujo valor correspondeu a R\$ 1.233.714.884.820,18 (um trilhão, duzentos e trinta e três bilhões, setecentos e quatorze milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e dezoito centavos). (...)</p>
<p><b>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</b></p>	<p><b>SECRETARIA EXECUTIVA</b>  <b><u>PORTARIA CONJUNTA MGI/CGU Nº 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece regras e critérios para a análise paramétrica de orçamentos de obras e serviços de engenharia para as transferências de que trata o art. 16 do <a href="#">Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013</a>(*)  (*) <i>Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.</i></p>
<p><b>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANAS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 179, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui o Programa de Incentivo ao Fortalecimento da Governança Regulatória do Saneamento Básico - Pró-Saneamento.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 177, DE 12 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Aprova a Norma de Referência nº 4/2024 que estabelece práticas de governança aplicadas às entidades reguladoras infranacionais (ERIs) que atuam no setor de saneamento básico.</p> <p>→ <b>Diretoria Colegiada (DC)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 178, DE 15 JANEIRO DE 2024</u></b>  Aprova a Norma de Referência nº 5/2024 para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a matriz de riscos para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 176, DE 12 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre o Programa de Integridade ANA ÍNTEGRA e as atividades da Unidade de Gestão de Integridade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MJSP Nº 591, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre a mobilização da Força Penal Nacional para treinamento e sobreaviso.</p> <p><b>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b> – <b>Diretoria de Operações</b> <b><u>PORTARIA DIOP/PRF Nº 8, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre a restrição do trânsito de Veículos e Combinações de Veículos excedentes em peso e ou dimensões aos limites máximos estabelecidos pela Resolução nº 882/2021 Conselho Nacional de Trânsito e suas alterações, passíveis ou não da concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET ou Autorização Específica - AE, em rodovias federais nos períodos dos feriados do ano de 2024.</p>
<p><b>Ministério da Previdência Social</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 3, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Define as diretrizes de governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e estabelece orientações para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS exercer suas atribuições de administrar e operacionalizar o CNIS, nos termos do inciso IV do art. 2º e do inciso I do art. 3º do <a href="#">Decreto nº 10.047, de 9 de outubro de 2019</a>.</p> <p><b>SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR</b> <b><u>PORTARIA SRPC/MPS Nº 79, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Autoriza a divulgação da Versão 3.5 do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.</p>
<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b> <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.103, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Altera a Portaria MS/GM nº 663 de 1º de abril de 2020, que instituiu o Conselho Editorial do Ministério da Saúde (Coned).</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.098, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para instituir colegiados para assessoramento técnico à implementação e avaliação da Política Nacional de Vigilância em Saúde.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.069, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde e ao incentivo aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.</p>

**PORTARIA GM/MS Nº 3.061, DE 17 DE JANEIRO DE 2024**

Divulga os montantes anuais alocados aos Municípios e Distrito Federal relativos à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF) no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2024.

**PORTARIA GM/MS Nº 3.076, DE 15 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a execução, os critérios, os procedimentos e o monitoramento da disponibilização gratuita de absorventes higiênicos e outras ações do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual no âmbito do Ministério da Saúde.

**PORTARIA GM/MS Nº 3.073, DE 15 DE JANEIRO DE 2024**

Altera o Anexo LXXVII da Portaria de Consolidação GM/MS Nº 5, de 28 de setembro de 2017, para incluir absorventes higiênicos no elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil - PFPB para disponibilização gratuita às pessoas beneficiárias do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual.

**PORTARIA GMMS Nº 3.089, DE 15 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Portaria GM/MS nº 2.262, de 8 de dezembro de 2023, que institui o Programa para Ampliação e Modernização de Infraestrutura do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - PDCEIS.

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)**

**RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 597, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Resolução Normativa n.º 574, de 28 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 596, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para atualizar a cobertura obrigatória do procedimento "PET-CT ONCOLÓGICO (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", para incluir a indicação de estadiamento de pacientes portadores de câncer pulmonar de células pequenas, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º e 10, do art. 10, da [Lei nº 9.656/1998](#).

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)**

**RESOLUÇÃO Nº 729, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aprova a Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do SUS (PNCP).

**RESOLUÇÃO Nº 723, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2023**

Convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT)

<b>Ministério de Minas e Energia</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>DESPACHO SPG-ANP Nº 70, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (...) 1.Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em dezembro de 2023 em cada campo (SEI 3694813), apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 875, de 18 de abril de 2022, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do <a href="#">Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998</a>, no art. 47 da <a href="#">Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</a>, e no art. 42-A da <a href="#">Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010</a>.</p> <p>(...)</p> <p><b><u>DESPACHO SPG-ANP Nº 69, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (...) 1.Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em dezembro de 2023 (SEI 3683672) em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 874, de 18 de abril de 2022, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7ºC do <a href="#">Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998</a>, no art. 47 da <a href="#">Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</a>, e no art. 42-A da <a href="#">Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010</a>.</p> <p>(...)</p>
<b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/SENARC/MDS, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece os critérios e procedimentos do teto para cálculo e pagamento do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) para o ano de 2024.</p>
<b>Ministério do Esporte</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 5, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre as fases do pleito, os procedimentos de inscrição, os critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta.</p>
<b>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MMA Nº 949, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui o Grupo de Trabalho Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros - GT Gestão Compartilhada, de natureza consultiva, para subsidiar processos de regulamentação voltados à gestão compartilhada de recursos pesqueiros.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA MMA/IBAMA/ICMBIO Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2024</u></b></p>



	<p>Estabelece diretrizes e procedimentos para a atividade de desenredamento de grandes cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras.</p> <p><b>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO)</b>  <b><u>PORTARIA ICMBIO Nº 167, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas, contemplando 14 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão (processo SEI nº 02061.000048/2023-23)</p> <p><b><u>PORTARIA ICMBIO Nº 16, DE 12 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui Comitê de Acompanhamento e Implementação do Programa Aquilomba Brasil para propor plano de ação para implementação da Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo nº 02070.003871/2023-81).</p>
<p><b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 8, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Reabre, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito extraordinário, no valor de R\$ 380.400.708,00, aberto pelas Medidas Provisórias <a href="#">nº 1.188, de 19 de setembro de 2023</a>; <a href="#">nº 1.191, de 25 de outubro de 2023</a>; e <a href="#">nº 1.204, de 29 de dezembro de 2023</a>.</p>
<p><b>Ministério do Trabalho e Emprego</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MTE Nº 66, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera a Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.</p>
<p><b>Ministério dos Transportes</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT</b>  <b>– Diretoria Colegiada</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 6.037, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Atualiza o spread para o cálculo do custo médio ponderado de capital regulatório para o setor de ferrovias.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 6.036, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Aprova o Regulamento da Metodologia para Avaliação do Nível de Risco em Concessões Ferroviárias reguladas pela ANTT a ser</p>

	<p>considerado para a avaliação do nível de risco inerente a um empreendimento ferroviário.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 6.035, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Aprova o Regulamento da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital para o setor de ferrovias</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 6.034, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Altera a Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, em razão do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 5º da <a href="#">Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018</a>.</p>
<b>Banco Central do Brasil (BCB)</b>	<p><b>ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO</b>          – Departamento Do Meio Circulante</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 450, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Estabelece os percentuais incidentes sobre saques, depósitos e troca de numerário para remuneração da instituição Custodiante Banco do Brasil.</p> <p><b>DIRETORIA COLEGIADA (DC)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 366, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Divulga o Regulamento do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen).</p>
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>19/01/2024 (Ed. suplementar)</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.309, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2024, e dá providências correlatas.</p>
<b>19/01/2024</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.312, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>          Altera e acrescenta dispositivos aos decretos que especifica.          (...)                   Artigo 1º - O inciso III do artigo 7º do <a href="#">Decreto nº 64.601, de 22 de novembro de 2019</a>(*), alterado pelo <a href="#">Decreto nº 67.618, de 29 de março de 2023</a>(**), passa a vigorar com a seguinte redação:          "III - 2 (dois) representantes da Casa Civil, indicados por seu Secretário.". (NR)                   Artigo 2º - O artigo 12 do <a href="#">Decreto nº 67.799, de 13 de julho de 2023</a>(***), passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:          "III - do Decreto 64.601, de 22 de novembro de 2019:          a) o inciso IV e o parágrafo único do artigo 6º;          b) o § 6º do artigo 7º.".                   (...)                   (*) Reformula o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação, reorganiza o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC, recria</p>

	<p>a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, transfere e altera denominações de unidades da Secretaria de Governo e dá providências correlatas</p> <p>(**) Altera o Decreto nº 64.601, de 22 de novembro de 2019, que reformula o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação, reorganiza o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC, recria a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, transfere e altera denominações de unidades da Secretaria de Governo e dá providências correlatas.</p> <p>(***) Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2023 a 2026, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p>
<b>17/01/2024</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.308, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009</a>, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas, reorganiza o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas e o Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.307, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Altera o artigo 27 do <a href="#">Decreto nº 54.645, de 5 de agosto de 2009</a>, que regulamenta dispositivos da <a href="#">Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006</a>, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.306, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, regulamenta o artigo 5º da <a href="#">Lei federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020</a>, e disciplina a comprovação de vida e as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.305, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Ratifica convênio celebrado nos termos da <a href="#">Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975</a>.</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>CASA MILITAR (CMil)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 054/610/2023.</u></b> Revoga a Resolução CMil 17-610 – Cedec, de 5-9-2007 que instituiu o personagem “Borbinha” como símbolo mirim da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 001/610/24, DE 10 DE JANEIRO DE 2023.</u></b> Constitui o Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAAE).</p>
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	<p><b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b> → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <b><u>PORTARIA CEETEPS-GDS Nº 3847, DE 16 DE JANEIRO DE 2024.</u></b> Estabelece as normas operacionais para a realização da matrícula institucional para ingresso, por meio do Provão Paulista Seriado, no 1º Semestre de 2024, nos cursos de graduação presenciais das</p>

	<p>Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS e dispõe sobre assuntos correlatos.</p>
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  → <b>Coordenação de Políticas Sobre Drogas do Estado De São Paulo</b>  <b><u>COMUNICADO DE 12/01/2024</u></b>  (...) apuração trimestral – outubro/novembro/dezembro/2023 dos indicadores das Organizações da Sociedade Civil que são parceiras por meio do Termo de Colaboração com Atuação em Rede nº 812/2022 com objetivo de pagamento referente ao Valor Variável do Pagamento por Resultados – PPR.  (...)</p>
<b>Educação (SEDUC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC - 2, DE 18/01/2024</u></b>  Dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado, de que trata a <a href="#">Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009</a>, e dá providências correlatas   <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC - 1, DE 12-1-2024</u></b>  Altera a Resolução SE nº 97, de 18-12-2009, que dispõe sobre o Setor de Trabalho do Supervisor de Ensino.   <b>COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH)</b>  <b><u>PORTARIA CGRH 03, DE 18-01-2024</u></b>  Dispõe sobre o cronograma de atribuição de classes e aulas para o ano letivo 2024 aos candidatos à contratação e aos docentes contratados nos termos da <a href="#">Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009</a>, e dá providências correlatas   <b>ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES DO EST. DE SÃO PAULO PAULO RENATO COSTA SOUZA</b>  <b><u>EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO DE ALOCAÇÃO DE TURMAS (ETAPA 5)</u></b>  Edital nº 03/2024 - 1ª edição 2024 - Programa Multiplica SP #Diretores - Processo Seletivo Diretor Multiplicador.  (...)   <b><u>PORTARIA DO COORDENADOR 16/01/2024</u></b>  CLASSIFICAÇÃO FINAL  1ª EDIÇÃO 2024 I PROGRAMA MULTIPLICA SP #DIRETORES – PROCESSO SELETIVO DIRETOR MULTIPLICADOR (EDITAL Nº03/2024)</p>
<b>Esportes</b>	<p><b>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL)</b>  <b><u>PORTARIA G.CEL 18/2024</u></b>  REGULAMENTO GERAL – 86º Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”   <b><u>PORTARIA G.CEL 17/2024</u></b></p>

	<p>Regulamento Geral da 22ª Copa de Handebol do Estado de São Paulo</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 16/2024</a></u></b> Regulamento Geral da 12ª Copa de Futsal do Estado de São Paulo</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 15/2024</a></u></b> Regulamento Geral da 11ª Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 14/2024</a></u></b> Regulamento Geral da 8ª Copa de Voleibol do Estado de São Paulo</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G. CEL 13/2024</a></u></b> Regulamento Geral do 2º Pró-Natação</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G. CEL 12/2024</a></u></b> Regulamento Geral do 2º Pró-Atletismo</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 11/2024</a></u></b> Regulamento dos 66º Jogos Regionais</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 10/2024</a></u></b> Regulamento Geral dos 52º Campeonato Estadual de Futebol "Prof. José Astolphi"</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G-CEL 09/2024</a></u></b> Dispõe sobre a participação na 12ª Copa de Ginástica Artística do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA G.CEL 08/2024</a></u></b> Regulamento geral dos 39º jogos abertos da Juventude</p> <p><b><u><a href="#">PORTARIA CONJUNTA G-CEL-SESP/G-COPED-SEDOC/GSEDPCD/G-CEETEPS-SCTI DE 19/01/2024</a></u></b> que dispõe sobre os Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP- e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL</b> <b><u><a href="#">PORTARIA SRE 03, DE 16 DE JANEIRO DE 2024</a></u></b> Disciplina a transferência, pelo produtor rural, do crédito outorgado previsto no artigo 49 do Anexo III do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, e dá outras providências.</p>
<p><b>Gestão e Governo Digital (SGGD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u><a href="#">RESOLUÇÃO SGGD 01, DE 18-01-2024</a></u></b> O Secretário de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação do <u><a href="#">Decreto nº 68.306, de 16 de janeiro de 2024</a></u>, que, dentre outros, disciplina as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.</p>

<p><b>Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)</b></p>	<p><b>FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FF)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA FF/DE Nº 425/2024</u></b>  Institui o Regulamento Específico para a Monitoria Ambiental Autônoma para os Roteiros abertos à visitação no Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba</p>
<p><b>Parcerias em Investimentos (SPI)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP N. 1.488, DE 12-01-2024</u></b>  Dispõe sobre a metodologia e critérios gerais para atualização da Base de Remuneração Regulatória, bem como os procedimentos para a Certificação Anual de Investimentos para as empresas do setor de saneamento básico reguladas pela ARSESP, e revoga a Deliberação ARSESP nº 941, de 14 dezembro de 2019.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP N. 1.487, DE 12-01-2024</u></b>  Dispõe sobre a metodologia e os procedimentos para levantamento dos ativos em operação e sua conciliação com os registros contábeis, bem como os procedimentos para a Certificação Anual de Investimentos das concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo, e revoga a Deliberação ARSESP nº 838, de 30 de novembro de 2018.</p>
<p><b>Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 06, DE 18 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a representatividade do Comitê Estadual de Vigilância e Prevenção à Morte Materna, Infantil e Fetal - CEVMMIF e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 05, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2023, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 04, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2023, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 03, DE 17 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2023, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).</p>

	<p><b>COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO CIB Nº. 08/2024</u></b>  (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP, aprova ad referendum, as propostas de custeio solicitadas pelos gestores, para encaminhamento ao Ministério da Saúde, conforme Anexo I.  (...)</p>
<b>Turismo e Viagens</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO STV - 01, DE 09 JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre os Comitês de Conformidade no âmbito dos procedimentos administrativos na Secretaria de Turismo e Viagens, alterando a resolução STV – 19, de 16/08/2023.</p>
<b>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</b>	<p><b>REITORIA</b>  <b><u>RESOLUÇÃO GR Nº. 07/2024, DE 11/01/2024</u></b>  Estabelece para o exercício 2024 o número de bolsas e auxílios estudantis.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO GR Nº. 06/2024, DE 16/01/2024</u></b>  Cria Programa de Bolsas de Mentoria Unicamp (PMU).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO GR Nº. 05/2024, DE 16/01/2024</u></b>  Altera a Resolução GR nº 003/2019, que criou o Programa de Bolsa Auxílio Moradia (MOR).</p> <p><b><u>PORTARIA GR – 02/2024, DE 16/01/2024</u></b>  Altera a Portaria GR 075/1995, que criou o Programa de Auxílio Financeiro para Estudantes.</p>
<b>Ministério Público do Estado (MPE)</b>	<p><b>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA</b>  <b><u>AVISO Nº 016/2024 - PGJ-SUBJUR, DE 12/01/2024</u></b>  (...) § 1º A Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais estabelece diretrizes para as ações de planejamento e de execução das obrigações funcionais e da gestão administrativa do Ministério Público em alinhamento com as regras e os princípios aplicáveis à proteção de dados pessoais e a autodeterminação informativa da pessoa natural, com os seguintes objetivos:  (...)</p>
<b>Publicação DOE Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>15/01/2024 a 20/01/2024</b>	<i>Não houve</i>

<b>Publicação TCE</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b>
<b>17/01/2024</b>	<p><b>COMUNICADOS</b>  COMUNICADOS DA SECRETARIA  DIRETORIA GERAL  <b><u>COMUNICADO SDG Nº 02/2024</u></b>  O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA a todos os órgãos estaduais e municipais a necessidade de efetuar o cadastramento do responsável pelo Controle Interno, para fins de acesso ao canal de orientações e informações específicas no Portal do Controle Interno deste Tribunal.  (...)</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>16/01/2024</b>	<p><b><u>LEI Nº 18.080, DE 15 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (Projeto de Lei nº 506/22, dos Vereadores Sandra Santana - PSDB, Cris Monteiro - NOVO, Dra. Sandra Tadeu - UNIÃO, Rubinho Nunes - UNIÃO, Sidney Cruz - SOLIDARIEDADE e Thammy Miranda - PL)  Institui, a partir do sistema de coordenadas geográficas, a possibilidade de fixação de placas para a identificação de imóveis que não possuam CODLOG e Código de Endereçamento Postal (CEP), e estabelece outras providências.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti  
[ajrcavalcanti@sp.gov.br](mailto:ajrcavalcanti@sp.gov.br)

Edson Prates  
[eprates@sp.gov.br](mailto:eprates@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)



**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>